

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO EM TEMPOS DE POLÍTICA  
NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE MANAUS**

**MANAUS**

**2022**

**LARISSA THAYNA GONZAGA BEZERRA**

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO EM TEMPOS DE POLÍTICA  
NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE MANAUS**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Licenciatura em Pedagogia da Universidade  
do Estado do Amazonas.

Orientadora: Profa. MSc. Maria Quitéria  
Afonso Menezes

**MANAUS**

**2022**

### **Ficha Catalográfica**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

T373aa Gonzaga Bezerra, Larissa Thayna  
A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO EM  
TEMPOS DE POLÍTICA NACIONAL DE  
ALFABETIZAÇÃO (PNA) NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE MANAUS / Larissa Thayna Gonzaga  
Bezerra. Manaus : [s.n], 2022.  
54 f.: color.; 9 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -  
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.  
Inclui bibliografia  
Orientador: Maria Quitéria Afonso Menezes

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Política Nacional  
de Alfabetização. 4. Ensino e Aprendizagem. I. Maria  
Quitéria Afonso Menezes (Orient.). II. Universidade do  
Estado do Amazonas. III. A ALFABETIZAÇÃO E O  
LETRAMENTO EM TEMPOS DE POLÍTICA  
NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) NUMA  
ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE MANAUS

**Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463**

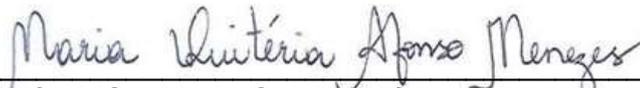
**LARISSA THAYNA GONZAGA BEZERRA**

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO EM TEMPOS DE POLÍTICA  
NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE MANAUS**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado  
adequado para obtenção de título de  
Licenciado(a) em Pedagogia pela  
Universidade do Estado do Amazonas.

**Aprovado em: 28/10/2022**

**BANCA EXAMINADORA**



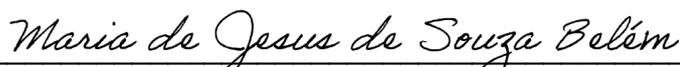
---

Profa. MSc. Maria Quitéria Afonso Menezes  
Orientador(a)



---

Profa. MSc. Cristina Carvalho de Araújo  
Membro da Banca



---

Profa. Dra. Maria de Jesus de Souza Belém  
Membro da Banca

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha irmã, que desde seu nascimento é o motivo dos melhores acontecimentos na minha vida. Lorena, em todas as vidas eu quero ser sua irmã, sua melhor amiga e sua pessoa.

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus, que sempre foi o meu alvo! E é Ele quem me sustenta nas aflições e nas angústias que me acompanham, te agradeço meu Pai por tanto amor. Sigo agradecendo a minha família, em especial minha mãe e a minha avó, que sempre estiveram em oração pela minha vida e ao meu pai que se esforçou para me transportar por todos os percursos possíveis durante a graduação, o seu cuidado é único.

À minha tia Marcicleia, agradeço por sempre ter acreditado em mim, obrigada por todos os almoços durante o período de estágio, sua comida sempre foi especial.

Agradeço a minha orientadora Maria Quitéria por acreditar em mim e sempre me apoiar para que conseguisse finalizar esse trabalho, agradeço também a banca avaliadora composta pelas professoras Cristina Carvalho e Maria de Jesus, por disponibilizarem o seu tempo a estarem avaliando o meu trabalho e contribuindo para a pesquisa.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e se mantiveram dispostos a me ajudar, eu nunca vou esquecer nenhum gesto de companheirismo de vocês. Agradeço a todos que passaram pela minha vida durante essa trajetória, vocês me motivaram e me encorajaram.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim e a Lorena, o nosso amor é o que eu tenho de mais precioso na vida, obrigada por ser meu combustível, minha força e o motivo de tudo que desejo almejar, te amo para sempre!

## EPÍGRAFE

*"... A minha contribuição foi encontrar  
uma explicação segundo a qual  
por trás da mão que pega o lápis,  
dos olhos que olham,  
dos ouvidos que escutam,  
há uma criança que pensa"  
(Emília Ferreiro)*

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO  | 8  |
| CAPÍTULO 01: MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO       | 10 |
| 1.1. Breve histórico da educação no Brasil                              | 10 |
| 1.2. Conhecendo a Alfabetização: Literacia e Letramento                 | 18 |
| CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS                               | 36 |
| 2.1. Natureza da Pesquisa   | 36 |
| 2.3. Local e sujeitos da pesquisa                                       | 37 |
| 2.3.1. A Escola   | 37 |
| 2.3.2. A equipe pedagógica  | 37 |
| 2.3.3. As professoras   | 38 |
| 2.3.4. Os alunos  | 38 |
| CAPÍTULO III - COMO SE DÁ A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO? | 39 |
| 3.1. A concepção dos professores acerca da alfabetização e letramento   | 40 |
| 3.2. As mudanças no processo de alfabetizar ao longo dos anos           | 42 |
| 3.3. Práticas utilizadas para ensinar nos anos iniciais                 | 43 |
| 3.4. Dificuldades vivenciadas pelos alunos em sala de aula              | 45 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 47 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  | 49 |
| Apêndice A - Termo de Consentimento Livre para a Pesquisa               | 52 |
| Apêndice B - Questionário para professores                              | 53 |

## RESUMO

Ao longo dos anos em que estivemos no curso de Pedagogia, percebemos a relevância do papel do professor frente a atuação no processo de alfabetização e letramento dos alunos. Por essa razão optamos por realizar uma pesquisa que teve como objeto de estudo a alfabetização e o letramento em tempos de Política Nacional de Alfabetização (PNA) numa escola pública municipal de Manaus. Para isso, tivemos como objetivo geral: compreender a relevância da alfabetização no processo de letramento dos alunos. E objetivos específicos: 1. Analisar à luz dos teóricos quais são os documentos norteadores acerca dessa temática; 2. Identificar as mudanças vividas no processo de alfabetizar ao longo dos anos; 3. Conhecer as práticas utilizadas, assim como as dificuldades enfrentadas pelos educadores em sala de aula. O enfoque que será utilizado é o método dialético, que se trata de uma análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é. Como coleta de dados utilizamos a observação participante, onde estivemos colhendo dados para descrição das atividades e comportamento dos alunos em uma escola municipal de Manaus. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos anotações descritivas das aulas, atividades e comportamento dos alunos, além de um questionário direcionado a professora e a pedagoga da escola onde a pesquisa ocorreu. Assim, trouxemos no estudo uma exposição sobre o histórico da educação no Brasil, as principais definições acerca da alfabetização, metodologias de pesquisa e as mudanças ocorridas ao longo dos anos com os seguintes teóricos como: Ferreiro (1999; 2011; 1986), Soares (2004; 2010), Cruz (2006), Francisco (2008), Gomes (2006), Mesquita (2010), Mortatti (2011), Morais (2019), Nascimento (2010), Oliveira (2018), Porrino (2017), Ribeiro (2011), Souza (2009), Minayo (1994), Wachowicz (2001), Francisca (2008), Morais (2019).

**Palavras-Chave:** Alfabetização; Letramento; Política Nacional de Alfabetização; Ensino e Aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

Muito se diz sobre o processo de alfabetização e letramento nos dias atuais, entretanto, ainda há uma grande confusão com relação a esses conceitos e organizações. Com isso, estaremos apresentando a reflexão observada pelos professores de sala de aula acerca das mudanças dos documentos norteadores do processo de alfabetização.

Ao explorarmos a alfabetização na perspectiva do letramento, fizemos uma exploração histórica acerca das teorias e diretrizes educacionais que norteiam o processo de alfabetização e letramento. Além disso, trouxemos os conhecimentos adquiridos através da experiência que as professoras pesquisadas nos oportunizaram durante o período de acompanhamento das turmas em uma conversa direta com o que nos dizem os teóricos da área.

Esta pesquisa propõe o tema A Importância da Alfabetização na Perspectiva do Letramento numa Escola Pública Municipal de Manaus e tem por objetivo geral compreender a relevância da alfabetização no processo de letramento dos alunos. E, por objetivos específicos: 1. Analisar à luz dos teóricos quais são os documentos norteadores acerca dessa temática; 2. Identificar as mudanças vividas no processo de alfabetizar ao longo dos anos; 3. Conhecer as práticas utilizadas, assim como as dificuldades enfrentadas pelos educadores em sala de aula.

Para que os objetivos fossem alcançados, desenvolvemos uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa que foi realizada numa escola municipal de Manaus. Para além disso, ao analisar a alfabetização na perspectiva do letramento, fizemos uma exploração histórica acerca das teorias e diretrizes educacionais que norteiam o processo de alfabetização e letramento. E trouxemos os conhecimentos adquiridos através da experiência que as professoras nos oportunizaram durante o período de acompanhamento das turmas em uma conversa direta com o que nos dizem os teóricos da área.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio das observações e vivência em sala de aula que tivemos durante o Estágio Supervisionado II do Curso de Licenciatura em Pedagogia, numa escola de Ensino Fundamental I, para contribuir com a pesquisa utilizamos um questionário escrito aos quais as

professoras responderam acerca da temática abordada em nossa pesquisa. Durante todo o processo de coleta de dados percebemos que aconteceu a descoberta, a descrição dos fatos e a reflexão dos mesmos a partir do referencial teórico e do meu olhar como pesquisadora.

O presente trabalho está subdividido em três capítulos, sendo dois temáticos e um de metodologias utilizadas, apresentando os dados teóricos e de campo para que ao final sejam alcançados os objetivos do estudo:

Capítulo I – intitulado Marcos Teórico-Metodológicos em torno da Alfabetização inicia apresentando um breve histórico da educação no Brasil, trazendo uma análise perspicaz acerca das evoluções que aconteceram desde a chegada dos portugueses no Brasil até os dias de hoje. Seguido da apresentação dos conceitos acerca da Literacia e Letramento, além de uma análise crítica sobre o PNA – Política Nacional da Alfabetização.

Capítulo II – apresenta os Procedimentos Metodológicos, onde estaremos explanando a natureza da pesquisa, o local e os sujeitos que estiveram integrando as análises e dados da pesquisa, além de detalhar a escola, a equipe pedagógica, as professoras questionadas e os alunos que estivemos acompanhando ao longo da vivência em escola.

Capítulo III – Como se dá a alfabetização na perspectiva do letramento? Nesse último capítulo estaremos apresentando a concepção das professoras acerca da alfabetização e letramento, fazendo uma reflexão com os teóricos apresentados ao longo do trabalho. Além disso, apresentaremos as mudanças que ocorreram no processo de alfabetizar ao longo dos anos, as práticas que as professoras utilizam para ensinar nos anos iniciais e finalizamos com as dificuldades que são vivenciadas por elas e pelos alunos em sala de aula.

A partir disso, esperamos estar contribuindo com a classe educadora, afim de que possam haver possibilidades de reflexão dos educadores acerca da importância da alfabetização no processo de letramento dos alunos, portanto, é preciso que estejamos levando a análise de como estamos ensinando para que haja o entendimento de onde e como os professores podem estar melhorando o processo de ensino.

# CAPÍTULO 01: MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS EM TORNO DA ALFABETIZAÇÃO

## 1.1. Breve histórico da educação no Brasil

A alfabetização é um processo abrangente que envolve a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, contudo, antes de mais nada precisamos compreender que ser alfabetizado não é apenas o saber ler e escrever, mas sim, conseguir interpretar o mundo e ter a capacidade de compreender os diferentes tipos de escrita que são recorrentes deste meio.

Para que possamos compreender um pouco mais sobre a alfabetização, iremos discorrer sobre o histórico da alfabetização no Brasil, para isso, vamos voltar para ao período da colonização do Brasil, mais precisamente ao ano de 1549, quando os padres Jesuítas começaram a ser enviados para as terras brasileiras visando a catequese, o ensino da Bíblia, inserção dos indígenas no cristianismo, e no próprio fortalecimento do catolicismo.

Silva (2011, apud Monteiro, 2015, p. 17) nos afirma que essa modalidade de ensino foi desenvolvida para atender os interesses da Igreja e do Estado e, com isso, o primeiro passo dado por eles foram alfabetizar os indígenas na língua portuguesa para que assim pudessem transmitir toda a doutrina católica. A partir disso, o Padre Manoel da Nóbrega criou um plano de estudos que era composto por: aprendizado da língua portuguesa, doutrina cristã, a escola de ler e escrever, o cântico, a música instrumental, o aprendizado profissional e agrícola, a gramática latina e viagem de estudos à Europa.

Além dos valores morais e religiosos que os jesuítas trouxeram, uma das suas contribuições com a educação foi o modelo escrito por Inácio de Loyola chamado *Ratio Studiorum* que, segundo Freitas, Santos e Azevedo (2015, p. 3),

é um conjunto de regras criadas para regulamentar o ensino nos colégios jesuítas. [...]. A filosofia da época era baseada na religiosidade e, deste modo um dos objetivos da educação era o de conservar o modelo social vigente.

Em 1759, o então, secretário de estado Marquês de Pombal acabou ordenando que os Jesuítas retornassem a Portugal, contudo, apesar de eles terem ido embora, de acordo com Porrino e Barros (2017, p. 4):

O interesse dos padres jesuítas era educar para formar um homem cristão. Os índios foram os primeiros a serem educados, posteriormente, foram considerados como ignorantes e incapazes de aprender. Os ensinamentos dos padres jesuítas passaram a ser aos filhos dos colonizadores.

Com isso, o processo de educação passou a ser direcionado aos filhos daqueles que estavam colonizando o Brasil, ou seja, a quem podemos chamar de “elite” daquela época. Com o passar dos anos, a educação no Brasil foi passando por diversas transformações tanto na parte prática, quanto na parte teórica do ensino e aprendizagem.

Durante todo o período de colonização, pode-se observar que a educação era voltada apenas para a elite ou como eram chamados “filhos da aristocracia”, isso ainda pode ser observado até hoje em dia, quando conseguimos observar o favorecimento de uma pequena parcela da população no que se diz respeito a educação de qualidade.

Monteiro (2015) reflete acerca da convicção de que os padres jesuítas foram os primeiros educadores do país, desenvolveram os primeiros métodos, metodologias e estratégias de ensino, apesar de que, nesta época o ensino não era um direito de todos os alunos e nem pensado para o desenvolvimento social da população. Não podemos deixar de lado e negar o processo de alfabetização que se deram pelos padres Jesuítas.

Mais adiante, ainda no Brasil Império, a alfabetização se firmou como um privilégio das classes dominantes. Nessa época, aprender a ler e a escrever não era tarefa designada à escola, visto que com a instalação da corte portuguesa no país a escola primária ficou em segundo plano em função da ênfase no ensino secundário e superior. Com a necessidade de instaurar uma nova ordem política e social e com a implantação do regime republicano, a escola se configura como um espaço que garante a toda população o conhecimento da cultura de letramento (MORTATTI, 2006, apud LUPASSA, 2015).

O Brasil passou três séculos sob domínio e exploração econômica de Portugal, que manteve durante todo o período colonial uma posição parasitária em relação à produção brasileira, após tantos marcos históricos que aconteceram ao redor do mundo e com o enfraquecimento econômico e político de Portugal no contexto internacional, o Brasil conseguiu, aos poucos conquistar a sua independência. Mortatti (2006) afirma que a alfabetização se tornou peça fundamental na escola laica e gratuita, que veio surgir mais à frente.

Foi marcado desde o século XIX metodologias que debatiam as dificuldades de aprendizagem existente pelos alunos de escola pública no país, a leitura e escrita trabalhada de maneira obrigatória se tornou um objeto de ensino submetido à organização sistemática e técnica, que demanda um maior preparo dos profissionais da educação.

## **1.2. Marcos Históricos e Norteadores da Alfabetização no Brasil a partir dos anos 1980, Currículo e Trajetórias em Curso**

Na Constituição de 1988 já começamos a ver algum movimento com relação ao direito dos alunos quanto aos estudos e a educação de qualidade e igualitária. Dentre seus artigos, vamos destacar aqui o Art. 210, que prevê uma Base Nacional Comum Curricular:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Com o passar dos anos foram institucionalizados diversos documentos e acontecimentos até chegar à Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica. A partir disso, em 1997, foram consolidados 10 volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN' s) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, criados com o

intuito de auxiliar as equipes escolares no planejamento e execução de seus trabalhos, principalmente, na elaboração do currículo escolar.

Em 2012, tivemos a institucionalização da Política Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), onde era considerada uma criança alfabetizada é aquela que compreende o funcionamento da escrita, domina as correspondências entre grafema-fonema, lê, escreve e compreende textos escritos em seu cotidiano. Para isso, é necessário que os professores estejam motivados, preparados e comprometidos com o processo da alfabetização dos alunos, uma vez que o trabalho de acompanhamento da aprendizagem dos alunos será realizado através do cotidiano e da rotina escolar.

Para além disso, sabemos que a intencionalidade do PNAIC era contribuir e atuar diretamente com o processo de formação dos docentes, escolha de materiais didáticos, avaliações escolares, gestão, mobilização e controle social. Contudo, sabemos que a realidade da educação no Brasil vai além do que está escrito nos documentos oficiais norteadores, uma vez que, cada região do país tem sua especificidade quanto ao processo de formação inicial e continuada de professores.

E com isso, a BNCC se tornou um documento de base para a elaboração dos currículos escolares em nível nacional, trabalhando com habilidades e competências que visam a formação integral do aluno. E neste documento temos apenas 60% dos conteúdos que devem ser aprendidos na Educação Básica, deixando os outros 40% para serem determinados regionalmente, considerando as escolhas de cada sistema educacional e valorização das particularidades culturais e regionais de cada município.

Sabendo que os trâmites da BNCC foram iniciados ainda no governo da Ex-Presidenta Dilma Roussef, e tínhamos outras prioridades contempladas no documento original, a mudança de governo e início do mandato do atual Presidente da República, muitas coisas foram modificadas antes da sua aprovação para que houvesse o aceite de toda a bancada conservadora que estava no poder.

Ainda que haja uma base nacional e um houve um pacto nacional acerca da educação e da alfabetização, sabemos que nas diferentes localidades do país não há infraestrutura necessária para que ocorra tudo o que está escrito nos documentos norteadores. É de extrema importância que seja criado, utilizado e

respeitado o currículo municipal de cada região do país para que possamos nortear a alfabetização de qualidade para os nossos alunos.

Apesar de termos uma base nacional como um dos principais documentos norteadores, é necessário que cada secretaria de educação esteja se debruçando sob a realidade pré-existente na sua localidade. Lembrando que, o nosso país está dividido em diferentes regiões e cada uma delas possui uma especificidade de ensino-aprendizagem únicas para que os alunos possam estar aprendendo de maneira eficaz, coerente e significativa.

Sobre isso, na cidade de Manaus, por exemplo, existem escolas que ainda utilizam prédios alugados e não possuem a estrutura necessária para o atendimento de todos os alunos. Sendo assim, para que possamos analisar melhor o que está acontecendo em nossa cidade e como os documentos influenciam no processo educacional de Manaus, vamos avançar os anos e chegar a 2021, quando a Secretaria Municipal de Educação de Manaus atualizou o seu Currículo Escolar e nos oportunizou conhecer um pouco mais sobre sua organização e norteamento acerca do processo de Alfabetização na rede municipal.

Os documentos que norteiam o novo currículo são:

Este documento fundamenta-se na Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), no Referencial Curricular Amazonense (RCA) e na Proposta Curricular vigente, valorizando e respeitando o multiculturalismo e a diversidade existente em nosso município. (MANAUS, 2021, p. 7).

Ao iniciarmos a leitura desse documento, podemos perceber que há a utilização de meios que irão contemplar as especificidades da região onde Manaus está inserida, levando em consideração a cultura, o povo e a diversidade de elementos que compõem a nossa sociedade nortista. Ao legitimar o Referencial Curricular do Amazonas – RCA, o currículo da SEMED começou a ser estruturado e discutido a partir da Jornada Pedagógica de 2020, onde foi reunido um grupo com mais de 120 profissionais da educação que abordaram diversas temáticas, e para nos elucidar um pouco mais, vamos pontuar algumas delas.

A criança é o verdadeiro currículo; ensino por habilidades e competências; educação integral; metodologias ativas; engajamento familiar no processo de desenvolvimento humano; e competências tecnológicas. Foi pensado a partir dessas ideias fundamentos que venham a contribuir para uma educação igualitária, com respeito e inclusão a diversidade encontrada em nosso município, garantindo direito de competências e habilidades ao meio social, com base na educação democrática, inovadora e transformadora.

### **1.3. O debate da Alfabetização à luz das Teorias Construtivistas e as caminhadas teórico-metodológicas**

Na obra “Reflexões sobre a alfabetização” (2011) a autora Emília Ferreiro faz uma análise sobre a alfabetização, fazendo-nos repensar a nossa prática escolar, na qual se baseia em experiências vivenciadas por ela e por outros colaboradores. Inicialmente, é apresentada a representação da Linguagem e o processo de alfabetização, enfatizando a importância dos dois polos do processo de ensino-aprendizagem (quem ensina e quem aprende) e alerta para um terceiro item que deve ser levado em conta: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo essa aprendizagem.

Seguindo sua análise, a autora fala que a escrita pode ser considerada como sistema de representação da linguagem ou como código de transcrição gráfica das unidades sonoras, onde faz algumas considerações em que consiste essa diferença, na qual diz que na codificação tanto os elementos como as relações já estão predeterminadas, e no caso da criação de uma representação nem os elementos e nem as relações estão predeterminadas. A autora diz ainda que se a escrita é concebida como sistema de representação, sua aprendizagem se converte na apropriação de um novo objeto de conhecimento, ou seja, em uma aprendizagem conceitual, mas, se a escrita é concebida como código de transcrição, sua aprendizagem é concreta, como a aquisição de uma técnica.

Ferreiro (2011) ainda aborda a visão dos alunos a respeito do sistema de escrita, onde deixa clara a importância das produções espontâneas, nas quais podem ser chamadas de garatujas. Segundo a autora, a criança não aprende submetida à um ensino sistemático, mas sim a toda produção desenvolvida por ela, que pode representar um valiosíssimo documento que necessita ser

interpretado para poder ser avaliado, dando ênfase não só nos aspectos gráficos, mas sim nos aspectos construtivos.

Para além disso, é necessário que compreendamos que a distinção entre desenhar e escrever é de fundamental importância, pois ao desenhar se está no domínio de icônico; sendo importante por reproduzirem a forma do objeto. Ao escrever se está fora do icônico, sendo assim, as formas dos grafismos não reproduzem as formas dos objetos. Segundo Ferreiro (2011), os alunos em um certo momento dedicam um grande esforço intelectual na construção de formas diferenciadas entre as escritas, essas diferenças são inicialmente intrafigurais e consiste em atribuir uma significação a um texto escrito. Tais critérios se expressam pelo eixo quantitativo onde se atribui o mínimo de três letras para que a escrita diga algo.

Ao passar por todo esse processo a criança começa por descobrir que as partes da escrita (suas letras) podem corresponder a outras tantas partes da palavra escrita (sílabas). Inicia-se então o período silábico, onde permite obter um critério geral para regular as variações na quantidade de letras que devem ser escritas, chegando até o período silábico-alfabético, que marca a transcrição entre os esquemas futuros em via de serem construídos. Neste período a criança descobre que uma letra não basta para representar uma sílaba e que escrever é representar as partes sonoras das palavras

Emília Ferreiro (2011) fala sobre o polêmico tema “deve-se ou não ensinar a ler e escrever na pré-escola?”, afirmando que esse é um problema mal colocado, por ser falso o pressuposto no qual se baseiam ambas posições antagônicas. Ela assegura que o problema foi colocado tendo por pressupostos serem os adultos que decidem quando essa aprendizagem deverá ser iniciada, e quando decidido, que esse processo de aprendizagem não iniciará antes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Sendo assim, a escrita que está presente em meio social desaparece da sala de aula. Por outro lado, quando se decide iniciar esta aprendizagem antes dos anos iniciais, as salas de pré-escola assemelhar-se-ão a do 1º ano (ensino fundamental), sendo pressuposto o mesmo em ambos os casos.

Ferreiro (2011) volta a falar, que a criança inicia sua aprendizagem de matemática, por exemplo, antes mesmo do contato escolar, quando decide a ordenar vários objetos através de diversas participações ao meio social. No

entanto não poderia ser diferente com o sistema de escrita, uma vez que este faz parte da realidade urbana, mantendo contato desde cedo informações das mais variadas procedências como: cartazes de rua, embalagens, livros, revistas, etc. Sendo assim, a criança não entra na escola sem nenhum conhecimento sobre o sistema de leitura e escrita.

Entretanto, vale a reflexão acerca dos documentos norteadores da Educação Brasileira, iniciando pela Constituição Federal de 1988, no seu art. 205, dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e visa ao pleno desenvolvimento pessoal, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996) afirma, no art. 32, inciso I, que a formação básica do aluno é o objetivo do ensino fundamental, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo por meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Além disso, no seu art. 37, garante o direito à educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e no ensino médio durante a idade própria, entre os quais se incluem tanto os analfabetos como aqueles que não aprenderam a ler, a escrever e a contar satisfatoriamente na escola, e também os que frequentaram a escola de modo intermitente (BRASIL, 1996).

Com o passar dos anos, tivemos a publicação do relatório final da Alfabetização infantil intitulado os Novos caminhos, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, publicado em 2003 e reeditado em 2007. Nele um grupo de trabalho composto de eminentes cientistas, especialistas e pesquisadores apresentou conclusões importantes, sendo a principal delas a de que as políticas e as práticas de alfabetização no país – incluindo a formação de professores alfabetizadores – não acompanharam o progresso científico e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita (BRASIL, 2003; 2007).

Pensando em estabelecer metas de ensino com o intuito de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem no Brasil, em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), referente ao decênio 2014-2024. Que por sua vez, apresenta entre suas metas “alfabetizar todos os alunos até o fim do 3º ano do ensino fundamental (meta 5); elevar a taxa de alfabetização da população com

15 anos ou mais para 93,5% até 2015; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir a taxa de analfabetismo funcional em 50% (meta 9)” (BRASIL, 2014).

Finalizando os documentos norteadores da educação, em 2017 tivemos a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um normativo para os currículos das escolas públicas e privadas que propõe conteúdos mínimos para cada etapa da escolarização (BRASIL, 2017). Conforme a BNCC, espera-se que a criança seja alfabetizada no 1º e 2º ano do ensino fundamental, processo que será complementado por outro, a partir do 3º ano, denominado “ortografização”.

Por conta disso, é urgente que haja a sensibilização na criação regional de cada currículo escolar para estar se adequando a especificidade dos alunos das diversas culturas, regiões e meios comunicativos do nosso país. Para que a alfabetização consiga se homologar e estar realmente sendo efetivada na vida dos alunos, é preciso que o respeito pelas suas crenças, costumes e tempo de aprendizagem seja efetivado.

Em 2019 foi aprovada a Política Nacional de Alfabetização que se tornou uma das metas prioritárias do governo do atual presidente Jair Bolsonaro, onde sua proposta prioriza a adoção do método fônico e a participação da família no processo de alfabetização da criança.

No Brasil, a metodologia fônica surgiu em meio às críticas ao método da soletração (ou alfabético), que, depois da década de 1980, já não apresentava sucesso como forma de alfabetização dos alunos. De acordo com dados de pesquisas, nota-se a presença eficaz do método fônico nos Estados Unidos, Reino Unido e França, onde há, inclusive, registros de aplicação desde 1719.

No método fônico cada letra é aprendida como um fonema, ou seja, um som, que, ao ser associado a outras letras, formam sílabas e, dando sequência ao andamento, palavras. Mas com o tempo, vários métodos surgiram e todos tem seu lado positivo, cito aqui os estudos oriundos das teorias construtivistas, em que, uma de suas características é a de que a educação deve possibilitar à criança seu pleno desenvolvimento durante todos os estágios de maturação da inteligência – que se inicia no nascimento, com reflexos neurológicos básicos (estágio sensório-motor), e caminha até o início da adolescência, com o desenvolvimento do raciocínio lógico (estágio operatório formal).

No campo educacional isto significa levar em consideração os esquemas de assimilação e acomodação da criança (Piaget, 1998), promovendo situações didáticas desafiadoras que provoquem os conflitos cognitivos responsáveis pela construção do conhecimento através da participação ativa do sujeito cognoscente.

A prática docente por meio de teorias construtivistas demanda metodologias de trabalho e uma organização curricular previamente planejada, pois crianças e jovens em idade escolar não se encontram no mesmo ponto de partida e nem aprendem ao mesmo tempo, e da mesma maneira, mesmo que se encontre em uma mesma turma ou ano/ série. Assim, o aluno em sua individualidade deve ocupar o centro do processo de aprendizagem, por meio de metodologias ativas que tenham por objetivo a construção do conhecimento a partir dos “conhecimentos prévios” que cada indivíduo carrega consigo.

Após conhecer os documentos norteadores que ao longo dos anos estão contribuindo com o processo de aprendizagem, iremos analisar o que os autores nos apresentam acerca do processo de alfabetizar. Para isso, precisamos levar em consideração que o sistema alfabético é aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. Os primeiros sistemas de escrita foram inventados há cerca de 6 mil anos, originalmente em forma de representações pictóricas.

A escrita alfabética é mais recente, remonta a 4 ou 5 mil anos. Existem diferentes sistemas de escrita para diferentes línguas; no entanto, quando se ensina a ler e a escrever em um sistema alfabético, o que se ensina é um modo de representação gráfica que representa sons por meio de letras (MORAIS, 2014). Logo, num sistema de escrita que não seja alfabético (como o ideográfico, usado na China e no Japão), somente se pode falar de alfabetização por analogia; com mais propriedade se há de falar em literacia, que consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado.

Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o princípio alfabético, passo crucial no processo de alfabetização. Esse princípio, que se concretiza

diversamente nas diferentes línguas, de modo que cada uma delas possui regras próprias de correspondência grafema- fonema, deve ser ensinado de forma explícita e sistemática, numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo. O alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem dessas relações grafofonêmicas. Não se trata de uma aprendizagem que ocorre de modo espontâneo, com a mera exposição a material escrito.

As principais habilidades de todo o processo de escolarização consistem em ler, escrever e realizar operações matemáticas básicas. Não por acaso o professor alfabetizador também ocupa o importante papel de ensinar habilidades de matemática básica. Além disso, os professores da educação infantil igualmente contribuem para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, promovendo atividades e jogos que ensinam noções básicas numéricas, espaciais, geométricas, de medidas e de estatística.

O sistema alfabético são os signos que representam as letras do alfabeto e os sons da fala, eles foram criados há cerca de 6 mil anos. Já os sistemas de escrita são mais recentes remontam há cerca de 4 ou 5 mil anos; e existem diversos sistemas de escrita desenvolvidos individualmente para as diferentes línguas. O ato de ensinar a ler e escrever nada mais é que ensinar o modo de representação gráfico dos sons por meio de letras.

Segundo Soares (2007, apud. Moreira e Silva, 2011, p. 12193), etimologicamente alfabetização significa: levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar a ler e a escrever, sendo o mesmo, a representação dos caracteres das letras e sons da fala. Contudo, de acordo com o Plano Nacional da Alfabetização, onde Silva (apud PNA 2019, p. 18) no diz que:

Do ponto de vista operacional, alfabetizar é: no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua para habilitar crianças à leitura e soletração de palavras escritas à razão de 60 a 80 palavras por minuto com tolerância de no máximo 5% de erro na leitura. (SILVA, 2019)

Havendo a interação a partir do objeto de conhecimento, os alunos constroem hipóteses de forma progressiva. Contudo, não é suficiente apenas o convívio com o material escrito, é necessário haver uma direção e uma

sistematização de uma reflexão metalinguística, a partir de textos que circulam socialmente. Segundo Emília Ferreiro (1999), independente da sua classe social, o indivíduo percorre caminhos para se apropriar da língua escrita, passando por níveis estruturais de pensamento.

Conforme o processo de desenvolvimento da criança, ela irá superando os níveis de aquisição da leitura e escrita; sabendo disso, Ferreiro (2001, p. 9) nos diz que tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre método utilizado e o estado de “maturidade” da criança. Logo, entende-se que cada criança tem seu momento de aprender, nem sempre o momento de uma criança é o mesmo momento de outra criança aprender.

Sobre o processo de integralização do processo de alfabetização no Brasil, Mortatti (2006, apud, Moreira, 2011) vem explicitar que:

Na história do Brasil, a alfabetização ganha força, principalmente, após a Proclamação da República, com a institucionalização da escola e com o intuito de tornar as novas gerações aptas à nova ordem política e social. A escolarização, mais especificamente a alfabetização, se tornou instrumento de aquisição de conhecimento, de progresso e modernização do país. (MORTATTI, 2006 apud MOREIRA, 2011, p. 12193)

Como complemento a isso, podemos trazer uma breve análise acerca da Política Nacional da Alfabetização, onde abrimos com o questionamento se ela condiz com a realidade da educação no Brasil, uma vez que, o nosso país apresenta diversas realidades sociais que se difere por cada estado e município. Sabendo disso, se torna possível afirmar que, não há uma garantia de equidade no que diz respeito à inclusão dos alunos e de metodologias que possam estar trazendo uma aprendizagem significativa para o seu meio social.

Além disso, a PNA ainda nos apresenta duas faces: o *autoritarismo* e a *mercantilização*, como nos diz Moraes (2019), que sem debate algum os empresários e especialistas se uniram ao governo nada democrático em que estamos vivendo, para impor o método fônico como a única forma de alfabetizar, o que está contrariando o direito constitucional de que as escolas e os docentes podem estar escolhendo as metodologias que julgam adequadas para trabalhar com os seus alunos.

E sobre a literacia, pesquisadores da língua buscaram ampliar ao trabalhar a literacia e o letramento, sendo a literacia como uma ciência que vai

além do ato de só saber ler e escrever, segundo Francisco (2008, p. 2), ela traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo. Ou seja, a literacia é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à leitura e à escrita, que irão compreender vários níveis, indo do básico ou disciplinar. Vamos observar a pirâmide abaixo, ao qual apresentaremos detalhadamente os níveis da literacia baseados no documento do PNA:



**Imagem 1:** pirâmide dos níveis da Literacia. Fonte: a autora, 2022.

O ato da leitura e da escrita não se adquire em bloco e de uma única vez, mas irá depender sempre das habilidades adquiridas antes da alfabetização e desenvolvidas durante o processo da aprendizagem, o que permitirá ao aluno a desenvolver-se e chegar até os níveis mais avançados da literacia.

Além disso, vale destacar que é através da literacia que o aluno adquire conhecimentos, desenvolve as próprias potencialidades e participa ativamente da sociedade. Já que é com ela que passamos a ter a capacidade de aprender e interpretar a realidade em que estamos condicionados no nosso cotidiano, contudo, esse aprendizado precisa estar interligado aos valores e comportamentos vividos pela nossa sociedade, sobretudo, pelo sistema de ensino ao qual o aluno está inserido.

Benavente e Rosa (apud, 1995 Francisco, 2008, p. 5) vem falando acerca do uso da literacia para a nossa vivência social, uma vez que:

Preencher um cheque; entender uma prescrição médica; saber consultar o horário dos ônibus; pedir corretamente uma informação de forma esclarecida; tratar do IR; saber calcular uma taxa de juros; procurar emprego através do anúncio de jornal, entre tantos outros são pequenos grandes requisitos na vida de cada cidadão (Benavente e Rosa, 1995). Coisas simples, determinam a nossa independência, a nossa autonomia. O domínio dessas “coisas simples” requer literacia.

É dito que através da literacia que o aluno consegue sua independência e passa a ter capacidades de escolha dentro do seu convívio social, pois, estará aplicando os seus “conhecimentos prévios” para norteá-las. Isso está preconizado na PNA, mas será que o aluno guiado por tal conceito poderá se tornar independente? É preciso destacar também a conceituação do letramento, que segundo Magda Soares (2004, p. 9) baseia-se no

Desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos.

Assim, para que a criança obtenha o desenvolvimento pleno da literacia em seu aprendizado iremos estar trabalhando a apropriação da criança mediante o amplo conjunto de habilidades da leitura e da escrita, como a variação linguística, adequação ao registro, a referenciação anafórica, etc., por outro lado, o letramento estará enfatizando os aspectos interativos e socioculturais que envolvem o uso, as funções e os valores que são atribuídos à escrita.

Cabe ressaltar que a atual proposta do governo através da PNA, está apoiada pelo MEC através da chamada ciência cognitiva da leitura. Muitos estudiosos, como a professora Adelma Mendes (2020), da Universidade Federal do Amapá, vêm nos dizendo que a PNA

Rompe com uma política de formação articulada, pensada e construída ao longo de quase duas décadas, que culminou em avanços significativos, reconhecidos pelo próprio Ministério da Educação. Os resultados vinham sendo demonstrados em série histórica e deveriam ter sido considerados antes de interromper essa política vigente e criar uma nova.

Rejeitar os resultados positivos do que já foi alcançado e dos avanços que foram obtidos através dos trabalhos feitos por excelentes educadores, é

desrespeitar anos de luta e de movimentos educacionais que foram bem sucedidos em nosso país. Sabendo disso, Soares (2003, apud. Moreira e Silva, 2011, p. 12196) vem nos dizer que o letramento

É de uso ainda recente e significa o processo de relação das pessoas com a cultura escrita. Assim, não é correto dizer que uma pessoa é iletrada, pois todas as pessoas estão em contato com o mundo escrito. Mas, se reconhece que existem diferentes níveis de letramento, que podem variar conforme a realidade cultural.

Mais adiante iremos discorrer acerca dos níveis de letramento e de alfabetização para que fique mais claro como funciona o desenvolvimento da aprendizagem de nossos alunos. Sabemos que não é apenas a leitura e escrita dos códigos (letras) que norteiam o convívio social, mas durante os anos de ensino básico nos deparamos com a grande importância do trabalho com a leitura, escrita e cálculos matemáticos, portanto, temos como estudos norteadores a literacia, letramento e a numeracia, que não se limita apenas a habilidade de utilizar os números para contar, segundo o National Mathematics Panel (2008, apud. PNA, 2019) ela se refere

À habilidade de usar a compreensão e as habilidades matemáticas para solucionar problemas e encontrar respostas para as demandas da vida cotidiana. Desde os primeiros anos de vida, a criança pode aprender a pensar e a comunicar-se usando de quantidades, tornando-se capaz de compreender padrões e sequências, conferindo sentido aos dados e aplicando raciocínio matemático para resolver problemas.

Então, como todos convivem com o mundo escrito, podemos analisar que desde o nosso nascimento somos imersos no universo da escrita e da lógica matemática que vem para contribuir com o desenvolvimento da compreensão de práticas que auxiliam na resolução de problemas e o trabalho da cognição matemática que evolui de acordo com o processo de maturação da criança.

Sabendo que a literacia é um termo que também designa os meios de obter e processar informações escritas, a literacia numérica diz respeito às habilidades de matemática que permitem resolver problemas da vida cotidiana e lidar com informações matemáticas. O termo “literacia matemática” originou-se do inglês numerical literacy, popularizado como numeracy, e em português se convencionou chamar numeracia (UNESCO, 2006).

A expressão “alfabetização matemática”, utilizada por muitos anos no Brasil, não cumpre a função de designar o ensino de matemática básica. A palavra “alfabetização” deriva de “alfabeto”, o conjunto de letras do sistema alfabético. Não se deve, portanto, entender alfabetização como sinônimo de aprendizagem inicial, ou de conhecimentos básicos, sob o risco de ampliar demasiadamente, por uma figura de linguagem, o real significado da palavra, criando dúvidas ainda sobre o que de fato seja uma “alfabetização matemática”.

Para além disso, é importante ressaltar que a numeracia é a compreensão que temos acerca dos números como representação das coisas, ou seja, essa compreensão passará a ser traduzida em uma variedade de habilidades como a contagem, a distinção dos diferentes grupos ou conjuntos de objetos, além das operações matemáticas (adição, subtração, divisão e multiplicação).

Como ela está presente em diversas habilidades do nosso cotidiano, antes mesmo de iniciarmos a vida escolar dos alunos já estamos as adaptando para esse conhecimento, através das brincadeiras de infância e dos objetos que circulam a criança desde o seu nascimento. Como os brinquedos de montar, a organização dos objetos após terminar a brincadeira e até a contagem feita nas músicas infantis estão preparando aquela criança para o desenvolvimento das habilidades da numeracia.

Ferreiro e Teberosky (1986) desenvolveram sua pesquisa com fundamentos psicolinguísticos quando recapitulam o construtivismo, podemos ver isso a seguir:

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

Além disso, seus estudos da Psicogênese da língua escrita descrevem os alunos como aprendizes que se apropriam dos conceitos e das habilidades de ler e escrever, para isso, apresentou-se os níveis da escrita que são

desenvolvidos pelos alunos ao longo dos anos. São os níveis de escrita: **Pré-silábico; Silábico e Silábico Alfabético.**

Tal teoria chegou a ser estudada no Brasil principalmente a partir dos anos 1980, e tem contribuído na prática de muitos professores na sala de aula. Nos últimos quarenta anos, este estudo tem se fortalecido com as pesquisas de Magda Soares, teórica brasileira que caminha brava e heroicamente na trilha de uma educação/alfabetização mais equânime.

Assim, Soares (2010, p. 13) complementa nosso pensamento ao apresentar a alfabetização como algo que vai além da representação dos sons e letras:

A alfabetização, além de representar fonemas (sons) em grafemas (letras), no caso da escrita e representar os grafemas (letras) em fonemas (sons), no caso da leitura, os aprendizes, sejam eles crianças ou adultos, precisam, para além da simples codificação/decodificação de símbolos e caracteres, passar por um processo de “compreensão/expressão de significados do código escrito”.

Portanto, ao analisarmos e ampliarmos o que sabemos acerca dos conceitos de alfabetização, letramento e literacia podemos melhorar e dinamizar o processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos, uma vez que, quando passamos a compreender que a codificação/decodificação das grafias vai além do ato da escrita e leitura repetitiva, podemos buscar novas práticas de ensino que irão dinamizar o processo da alfabetização e letramento dos alunos.

É preciso que venha a ser pensado e praticado novos meios de alfabetizar em conjunto com o letramento, visto que alfabetizar, envolve práticas sociais de leitura e escrita, quando se ensina a ler e escrever, é preciso proporcionar àquele que está aprendendo entenda as práticas sociais de leitura e escrita, pois são elas que vão dar sentido ao conhecimento adquirido.

## CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1. Natureza da Pesquisa

A pesquisa aconteceu em uma escola de ensino básico da cidade de Manaus, utilizamos uma abordagem qualitativa com um cunho descritivo, levamos em consideração os desafios que são vividos para que a pesquisa aconteça no meio educacional.

Como pesquisadora, tive dificuldade para questionar o que realmente era norteador para a minha pesquisa, uma vez que a temática escolhida é baseada em um grande leque de caminhos para a educação. Com isso, foi necessário que eu focasse no que realmente iria nortear a minha pesquisa e estaria respondendo aos meus questionamentos.

Procurei seguir o caminho que construísse e adaptasse explicações que permitam captar a realidade vivida pelos professores e alunos numa escola da rede pública municipal de Manaus. E com isso, utilizamos uma pesquisa de campo que trouxe a observação e descrição das atividades feitas em sala de aula com os alunos. Como trouxemos o método dialético para nos ajudar na análise dos dados colhidos, precisamos compreender o esse método estará trazendo uma análise crítica do objeto que estamos pesquisando, como nos diz Wachowicz (2001, p. 01).

Uma das características do método dialético é a contextualização do problema a ser pesquisado, podendo efetivar-se mediante respostas às questões: quem faz pesquisa, quando, onde e para que? Não se trata de subjetivismos, mas de historicidade, uma vez que a relação sujeito e objeto na Dialética vêm a cumprir-se pela ação". (WACHOWICZ, 2001).

Para a autora, o que importa ao pesquisador que utiliza esse método de análise de dados é explicar a realidade do objeto ou conteúdo em questão. Porém, ela ainda nos apresenta três grandes dificuldades para quem estar utilizando a dialética: a primeira dificuldade é de natureza conceitual, a leitura inicial feita pelo pesquisador e o seu entendimento acerca da temática são o ponto inicial da pesquisa e também a primeira dificuldade para os mesmos; a segunda dificuldade vivenciada é de natureza conceitual, processual ou de

procedimento, ou seja, é sobre tomar as determinações e decisões que irão estar contribuindo ou dificultando com a pesquisa; e terceira e última dificuldade enfrentada é mais conceitual, sobre a nossa intenção já que aqui teremos como base o nosso pensamento político e as nossas ideologias em conflito com os dados coletados durante a pesquisa.

Apesar de todas essas dificuldades, escolhemos essa metodologia para que pudéssemos estar conhecendo o nosso objeto (a alfabetização) para que ao observá-lo e conhecer mais profundamente seu histórico e seus objetivos perpassados através dos séculos pudéssemos fazer uma análise mais criteriosa referente à vivência do professor e dos alunos durante esse processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.

A seguir, conheceremos mais detalhes acerca das técnicas e instrumentos que utilizamos para conseguir os dados acerca do nosso objeto de pesquisa, quem são os sujeitos e onde os encontramos e como foi a nossa convivência com os mesmos.

## **2.2. Técnicas e Instrumentos de coleta de dados**

Como dito anteriormente, utilizamos a coleta de dados e observação de comportamentos e atividades vivenciadas pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, colhemos essas informações em uma Escola Municipal de Manaus, localizada na Zona geográfica Oeste. Utilizamos ainda: anotações descritivas das aulas, atividades e os comportamentos dos alunos mediante aos estímulos e dificuldades vivenciadas no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Utilizamos a observação participante como fonte primária da pesquisa, levando em consideração o que Marconi & Lakatos (1996, apud Oliveira, 2011, p. 37) diz acerca da mesma: o observador envolve-se com o grupo, transformando-se em um de seus membros. Ele passa a fazer parte do objeto de pesquisa. Portanto, ao utilizarmos a rotina vivenciada no Estágio Supervisionado II trouxemos também a nossa visão e nossas ideias acerca do que estivemos vivendo com eles, ao integramos a nossa participação a sua rotina acrescentamos o nosso conhecimento e nossa prática educacional.

Todos esses dados foram coletados junto a vivência de Estágio Supervisionado II, onde estivemos convivendo com os alunos nos dias e horários

específicos direcionado por nossos orientadores de estágio. As professoras que estive convivendo me deram liberdade e espaço para questionar, anotar e até mesmo para colher evidências fotográficas ou audiovisual que contribuíssem para nortear a minha pesquisa. De acordo com Santos, Meireles e Meireles (2012, p.

O Estágio caracteriza-se como um momento de análise e apreensão da realidade, sendo um elemento indissociável do conhecimento teórico. É parte integrante do processo de formação inicial e constitui-se como o espaço, em que acontece a união dialética entre a teoria e a prática.

Como instrumentos de coleta de dados utilizamos uma entrevista semiestruturada onde cada professora teve a liberdade de responder conforme o seu entendimento sobre cada pergunta que lhe foi direcionada. Sobre esse instrumento, Triviños (1987, apud Manzini, 2001, p. 2) a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

E com isso, durante todo esse processo, buscamos estar descobrindo novos questionamentos, desenvolvendo atividades que contribuíssem para a construção de hipóteses sobre o objeto de pesquisa e, por fim, analisamos os dados a partir do referencial teórico que foi preparado antes do início da pesquisa.

## **2.3. Local e sujeitos da pesquisa**

### **2.3.1. A Escola**

Devido a pandemia de coronavírus, as escolas de Manaus precisaram ter sido fechadas, conforme o Decreto Nº 4.789, DE 24 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre o regime excepcional de teletrabalho aos agentes públicos no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências”.

No ano de 2021, tivemos um grande índice de prejuízos no nosso cotidiano, por conta disso, as aulas presenciais mais uma vez foram suspensas e substituídas pelo ensino remoto. Tanto na UEA quanto nas escolas da rede pública de ensino, por conta disso, nossas aulas foram mais um semestre

ministrados através das plataformas de ensino remoto como Google Meet, Google Classroom e Whatsapp.

Tivemos aulas mediadas pelos professores de estágio, onde tivemos formações, acompanhamento rotineiros e indicações do acompanhamento do projeto Aula em Casa, ao qual, explanaremos sobre posteriormente. O processo de educação precisou se adaptar as novas tecnologias e isso requer tempo, estudo e, também um jogo de cintura que os educadores precisaram ter, sobre isso, Rosa (2020, apud Miranda, 2020, p. 4):

A proposta de educação ofertada por meios tecnológicos sempre trouxe alguns obstáculos, principalmente pela falta de preparo/capacitação dos professores no manuseio de suportes tecnológicos.

Devido esse processo de adaptação precisamos modificar nossos métodos de ensino e aprendizagem, o processo de estágio supervisionado, que anteriormente contava com as visitas às escolas e acompanhamento das aulas precisou contar com a presença da tecnologia para acontecer. Entretanto, estivemos acompanhando as atividades remotas de uma Escola Municipal localizada na Zona Oeste de Manaus. Na escola são atendidos cerca de 661 anos de ensino fundamental 1º ao 5º ano, Educação de Jovens e Adultos e Programa de Correção de Fluxo (Acelerar).

A escola possui um prédio térreo, 1 quadra esportiva, 3 áreas de lazer externas. Dentro do prédio temos: 1 sala de direção, 1 secretaria, 1 sala da coordenação pedagógica, 1 sala dos professores, 2 salas de leitura, 1 telecentro, 10 salas de aula, 1 escovódromo, 2 almoxarifados, 1 depósito de merenda, 1 cozinha, 3 banheiros para alunos, 3 banheiros para alunas, 6 banheiros para funcionários, 1 banheiro PNE e 1 horta escolar.

Os 661 alunos atendidos estão divididos nos três turnos: Matutino (270 alunos), no turno Vespertino (251 alunos), ambos na modalidade de Ensino fundamental de 1º ao 5º ano e o Programa de Correção de Fluxo Acelera Brasil, e no turno Noturno (140 alunos), na Educação de Jovens e Adultos.

### **2.3.2. A equipe pedagógica**

Atualmente a escola possui uma equipe com cerca de 25 professores que são distribuídos entre as turmas atendidas nos três horários. Além de possuir um espaço amplo para o Centro de Tecnologias Educacionais – CTE, administrado por uma professora da área. A qual utiliza os recursos midiáticos e tecnológicos para contribuir com o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos atendidos na escola.

Sobre os recursos digitais de ensino, cabe ressaltar o que foi vivenciado durante o Ensino Remoto Emergencial estabelecido em 2020 por conta da Covid-19. Em Manaus, a Secretaria Municipal de Educação por meio da Instrução Normativa nº 0001/2020-SEMED/GS normatiza os procedimentos para realização do Projeto Aula em Casa. Conforme o art. 1º:

Instituir o regime de aulas não presenciais em caráter excepcional e temporário, como medida fundamental para garantir a continuidade do funcionamento das atividades institucionais e a prestação de serviços ao público educacional no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus por meio do Projeto Aula em Casa, parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC/AM).

Vivenciamos momentos difíceis entre os anos de 2020 e 2022, a área da educação foi uma das mais afetadas por conta da Pandemia vivenciada no mundo inteiro. Em nosso país, tivemos aproximadamente cerca de 700 mil vidas perdidas por conta do vírus. A área da educação precisou se readaptar para o método de ensino remoto onde os professores tiveram diversas dificuldades para usar os recursos tecnológicos educacionais.

Na escola em que fizemos nossa pesquisa tínhamos uma equipe diversificada em termos de idade e conseguimos acompanhar o processo de adaptação a essa usabilidade de tecnologias durante a vivência do estágio que vivemos na pandemia e contribuiu com nossa pesquisa trazendo a visão dos professores e as dificuldades que foram vivenciadas por eles nesse processo.

### **2.3.3. As professoras**

Para a realização da nossa pesquisa, acompanhamos duas professoras dos anos iniciais, que trabalham no 1º Bloco Pedagógico (1º ao 3º ano) da

SEMED, as quais, estão seguindo os pilares essenciais para a Alfabetização. Que, segundo o novo Currículo Escolar Municipal (2021), são: Consciência Fonêmica; Instrução Fônica Sistemática; Fluência na leitura oral; Desenvolvimento do vocabulário; Compreensão de textos e a Produção escrita.

Durante nossa pesquisa, utilizamos um questionário direcionado ao qual estivemos analisando a concepção que essas professoras tem referentes ao processo de alfabetização e letramento, além de, conhecermos as práticas utilizadas para o ensino nos anos iniciais, pelas professoras acompanhadas.

Para além disso, utilizamos a leitura de documentos oficiais como base teórica para a nossa pesquisa.

#### **2.3.4. Os alunos**

A escola está localizada na zona Oeste de Manaus, recebendo prioritariamente os alunos do próprio bairro e bairros adjacentes. Sendo que os discentes são de médio e baixo poder econômico e os seus pais possuem formação acadêmica bem diversificada, variando entre: ensino superior, médio, fundamental completo e incompleto, além de alguns analfabetos, ou que estão cursando a EJA.

O grupo de alunos é constituído pela classe média baixa e pela classe menos favorecida, são alunos provenientes de escolas municipais, alguns de escolas estaduais e uma minoria de escolas particulares. No turno da noite tem alunos que trabalham durante o dia e estão à procura de melhoria nas suas vidas através do estudo, também tem donas de casa e pais de família.

Lendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, destaco a seguinte citação:

Portanto, observamos que nossos alunos são constituídos de um grupo especial heterogêneo, cujos problemas e necessidades devem ser conhecidos, para que recebam um tipo especial de atendimento por parte do trabalho docente, para que se possam atingir os objetivos primordiais da Escola, que são: informar e formar, instruir e educar, ajudando o homem a fazer com que ele, seja mais preparado e mais capaz, haja como cidadão e seja agente de sua auto realização, tornando-se mais útil a si mesmo e a comunidade, e através do desenvolvimento de sua personalidade atinja na escala social, posição a que faz jus.

Com isso, percebemos que a gestão da escola prioriza e valoriza muito os alunos que ali estão procurando melhorias em suas vidas. Assim como na prática foi notável a presença. O Estágio Supervisionado II foi realizado nos dias de quarta à feira a tarde. Ao conhecer a estrutura da escola pudemos notar que os professores têm um amplo espaço que pode ser utilizado além da sala de aula, para que assim estejam trabalhando todas as habilidades necessárias para o processo de aprendizagem significativa dos alunos.

#### **2.4. Análise de Dados**

Consideradas as respostas e exposições de ideias fornecidas pelos sujeitos da pesquisa: professoras do 3º ano do Ensino Fundamental I, quanto a Alfabetização e Letramento no contexto pesquisado, além dos dados coletados por meio das observações e leitura dos documentos pertencentes à rede de ensino Municipal relacionando todo esse material com a abordagem dos teóricos, com os documentos legais que tratam sobre a importância da Alfabetização na perspectiva do Letramento numa Escola Pública Municipal de Manaus e, por fim, apresentamos a compreensão da problemática, construída ao longo dessa experiência investigativa. Caminhamos nessa direção buscando atender ao objetivo geral da pesquisa que foi compreender a relevância da alfabetização no processo de letramento dos alunos

Mediante as informações recolhidas através dos documentos norteadores e do estudo bibliográfico para a construção da fundamentação teórica deste trabalho, utilizamos a metodologia qualitativa para que pudéssemos compreender com maior veracidade os dados que compõem os objetivos desta pesquisa. Como vem nos dizer Minayo (1994, p. 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a nossa análise, consideramos as relações estabelecidas entre os aspectos teóricos apresentados pelos autores estudados, as diretrizes legais da

educação, os novos documentos norteadores do currículo de Manaus, e as reflexões construídas a partir da vivência nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Finalizamos, apresentando a compreensão da problemática que foi construída ao longo de toda essa experiência.

Trilhamos esse caminho em busca de atender ao objetivo geral que é compreender como a importância da alfabetização no contexto do letramento nos anos iniciais, relacionando tudo isso às expectativas da formação docente dentro da licenciatura em Pedagogia.

Antes de iniciarmos a entender as concepções e visões dos professores pesquisados acerca da alfabetização e letramento, se faz necessário conhecermos quem são essas educadoras, observe o quadro a seguir:

| Nome fictício | Formação                                       | Tempo de atuação |
|---------------|--|------------------|
| Luiza         | Pedagogia (Universidade Pública)               | 20 anos          |
| Leila         | Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia | 18 anos          |

## **CAPÍTULO III - COMO SE DÁ A ALFABETIZAÇÃO NAPERSPECTIVA DO LETRAMENTO?**

### **3.1. A concepção dos professores acerca da alfabetização e letramento**

Ambas as professoras que participaram de nossa pesquisa já possuem muito tempo em sala de aula, e responderam a mesma coisa: não tiveram formação sobre alfabetização durante a graduação e precisaram buscar aprender o que era e como se dava o processo de alfabetização dos alunos. Mas vamos conhecer a concepção que cada uma traz sobre o que é a alfabetização, para Luiza

*A alfabetização é um processo de aquisição dos códigos linguísticos, no nosso caso, da língua portuguesa, do alfabeto, fonemas, não somente a apropriação desse sistema de escrita, mas principalmente, alfabetização é no sentido mais amplo, partir dos conhecimentos do estudante, dos seus conhecimentos prévios, das palavras mais significativas pra ele, como seu próprio nome, trabalhando esse processo dentro do contexto em que ele está inserido – família, bairro, hábitos, etc. Pois a alfabetização é um ato social, uma construção social a partir da realidade de mundo do estudante.*

Contudo, a profa. Leila nos diz que a alfabetização é *um período importante da aprendizagem e deve ser encarado com seriedade por todos os atores envolvidos no processo: família, escola e estudante.*

Com o passar dos anos, percebemos que a alfabetização e os documentos que a norteiam passaram por inúmeras mudanças, as quais, refletem no processo de formação do professor. Antigamente, para lecionar nas salas de alfabetização bastava concluir o chamado Magistério, que é um tipo de formação de nível médio, era oferecido em diversas escolas como um curso técnico que formava novos professores.

Ainda no século XIX instituiu-se o Magistério, que era a formação necessária para que se tornasse docente, para Antônio Nóvoa, o século XIX é um período em que os professores possuem uma imagem que os situam entre várias situações:

[...] não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc. (NÓVOA, 1999, p. 18)

Através da História da Educação, podemos notar que a categoria de professores não é tão valorizada, tendo em vista que cursos como Medicina e Direito sempre foram as profissões mais valorizadas e cheia de recursos para a melhor formação possível. Ao praticarmos o magistério notamos que os professores ainda não estão muito bem categorizados na sociedade, apesar de ser a profissão que forma as demais profissões e deveria ser considerada a mais importante de todas.

Com o avançar da sociedade, em 2001 o Ministério da Educação (MEC) liberou o Parecer nº CNE/CP 28/2001 o qual apresenta o projeto de Resolução instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. A partir de então foi constituído a licenciatura voltada para formação de docentes que irão atuar no âmbito da educação básica do nosso país.

E com isso, passamos a vivenciar a mudanças e lutas que houveram acerca da alfabetização e do letramento, para contribuir com isso, questionamos as professoras acerca do que elas consideram ser cada um desses processos, como veremos a seguir:

*Luiza: Não considero diferença entre esses dois processos, já que ambos devem ser concomitantes. A alfabetização como um processo necessário e importante de aquisição da escrita, e o letramento é parte da realidade social pela leitura de mundo, pois só há sentido em se conhecer os códigos linguísticos se ele puder fazer o uso social no meio em que está inserido – escrever um bilhete, fazer uma receita, fazer uma lista de supermercado ou de materiais escolares. A alfabetização é importante porque se detém na apropriação dos códigos linguísticos e o letramento trabalha com a perspectiva do uso social desses códigos, dessa escrita.*

*Leila: Alfabetização é abrangente, envolve todos os aspectos sociais e cognitivos. Letramento percebo mais como direcionado a aprendizagem da*

*leitura, escrita e sua compreensão. Sobre a alfabetização, Soares (2004, p. 24) nos diz que*

Chamamos de alfabetização o ensino e o aprendizado de uma outra tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve praticamente os mesmos procedimentos e conhecimentos que explicitamos por meio da atividade de uso dos ideogramas chineses. Mas com uma fundamental diferença: os símbolos do sistema de escrita alfabético-ortográfico (as letras ou grafemas) representam o significante do signo linguístico (e não seu significado, como no sistema de escrita ideográfico): representam, de modo geral, nesse caso, os sons da língua.

Sabendo que a alfabetização está correlacionada com o processo de uso da língua escrita para que possamos estar interpretando o uso social dos escritos, devemos levar em consideração o nível de aprendizado dos nossos alunos e os déficits de aprendizagem advindos da pandemia de covid-19. Vale ressaltar que aprender a diferença entre alfabetização e letramento é de suma importância para que possamos estar trabalhando o ensino de maneira eficaz e significativa para os alunos, respeitando a realidade social e o seu nível de aprendizado.

### **3.2. As mudanças no processo de alfabetizar ao longo dos anos**

O novo texto sobre a Política Nacional de Alfabetização, uma das metas prioritárias do governo do presidente Jair Bolsonaro, a proposta prioriza a adoção do método fônico e a participação da família no processo de alfabetização da criança.

No Brasil, a metodologia fônica surgiu em meio às críticas ao método da soletração (ou alfabético), que, depois da década de 1980, já não apresentava sucesso como forma de alfabetização de alunos. De acordo com dados de pesquisas, nota-se a presença eficaz do método fônico nos Estados Unidos, Reino Unido e França, onde há, inclusive, registros de aplicação desde 1719, conforme já mencionado neste texto.

No método fônico cada letra é aprendida como um fonema, ou seja, um som, que, ao ser associado a outras letras, formam sílabas e, dando sequência ao andamento, palavras.

Mas com o tempo, vários métodos surgiram e todos tem seu lado positivo, cito aqui práticas pedagógicas com base em teorias construtivistas, em que uma de suas características é a educação possibilitar à criança seu pleno desenvolvimento durante todos os estágios de maturação da inteligência – que se inicia no nascimento, com reflexos neurológicos básicos (estágio sensório-motor) e caminha até o início da adolescência, com o desenvolvimento do raciocínio lógico (estágio operatório formal).

No campo educacional isto significa levar em consideração os esquemas de assimilação e acomodação da criança, promovendo situações didáticas desafiadoras que provoquem os conflitos cognitivos responsáveis pela construção do conhecimento através da participação ativa do sujeito cognoscente.

A prática construtivista também demanda uma metodologia de trabalho e uma organização curricular previamente planejada, pois crianças e jovens em idade escolar não se encontram no mesmo ponto de partida e nem aprendem ao mesmo tempo e da mesma maneira, mesmo que se encontre em uma mesma turma ou ano/ série. Assim, o aluno em sua individualidade deve ocupar o centro do processo de aprendizagem, através de uma metodologia ativa que tenha por objetivo a construção do conhecimento a partir dos conhecimentos prévios que cada indivíduo carrega consigo.

Como dito anteriormente, a educação no Brasil mudou ao longo dos anos, estamos em constante evolução social e digital, hoje em dia estamos conhecendo as novas tecnologias que podem ser utilizadas na educação. Sobre isso, pudemos vivenciar a implementação dessas tecnologias educacionais durante o período de Ensino Remoto Emergencial, que ocorreu mais fortemente durante os anos de 2020 até meados de 2022. Entretanto, questionamos as professoras em torno dessas vivências, pesquisas, e sobre como está sendo o processo de alfabetizar durante os anos de carreira delas.

*Para Luiza: Os estudos e pesquisa mais recentes sobre o processo de aquisição da leitura nos trouxeram a oportunidade de fazermos uma nova abordagem, nos trouxeram uma nova compreensão do processo de alfabetização, não mais de uma forma tão tradicional e mecânica, de decodificação do sistema de escrita, mas principalmente em uma nova perspectiva de enxergar a educação como um processo social, como um ato*

*social onde o indivíduo, que inserido em uma sociedade, e nela a linguagem a aquisição da escrita são fundamentais para que ele possa comunicar-se, interagir e participar integralmente, ocupando seu espaço como um ser transformador desse contexto.*

*Para Leila: A compreensão de que é uma habilidade que pode ser conquistada em parceria com uma rotina, disciplina e continuidade. Além disso, os aspectos da afetividade, tolerância e respeito devem ser bem trabalhados.*

Deixamos de lado a mecanização que ocorria para a alfabetização com decoreba e repetição de letras e palavras até que o aluno conseguisse assimilar o aprendizado, estamos avançando nos estudos e pesquisas acerca desse processo de aprendizagem e podemos ver nos novos documentos norteadores que uma das metodologias que está sendo orientada para usar é o método fônico da alfabetização.

Entretanto, ao conhecermos a realidade dos alunos em seu convívio social, familiar e escolar podemos notar que não tem como trabalhar apenas com uma metodologia de ensino para ensinar a todos de maneira igual e coerente. Se faz necessário que os professores estejam em constante processo de aprendizado e pesquisa para que eles possam estar se atualizando sobre as novas tendências educacionais.

Levando em consideração que a nova geração de alunos que estão nas escolas não são mais como antigamente, precisamos estar valorizando os conhecimentos prévios dos mesmos e também a inserção tecnológica que todos eles já estão inseridos. Podemos perceber que é cada dia, é mais comum estar convivendo com celulares, tablets e computadores no cotidiano desses alunos, o que pode também ser utilizados como recursos didático dentro de sala de aula. Basta que os professores estejam atualizados e consigam implementar em suas aulas o uso das tecnologias educacionais.

### **3.3. Práticas Pedagógicas utilizadas para ensinar nos anos iniciais**

Tendo em vista que, quando os alunos adentram o ensino fundamental se deparam com um mundo diferente do que ela já estava acostumada na educação infantil, pois neste novo nível de ensino as tarefas e exigências são cada vez mais focadas na cognição e no registro escrito, na maioria das vezes

desconsiderando a importância do movimento e da vivência das experiências corporais para a evolução cognitiva da pessoa, precisando se adaptar a essa nova rotina. É importante lembrarmos que cada criança tem o seu tempo de maturação e o seu ritmo de aprendizagem própria. Assim, é necessário que a criança vivencie experiências de atividades coletivas que aprimorem sua maturação, espontaneidade e criatividade, bem como que essas práticas corporais levem ao desenvolvimento de bons hábitos de vida, de alimentação, higiene, diversão e cuidado consigo e com o outro, tudo isso aliado ao prazer da brincadeira.

Sobre as práticas que são utilizadas em sala de aula, questionamos as professoras que nos responderam:

Para Luiza: *Deve haver um planejamento que parta de um diagnóstico prévio do que o aluno sabe e do que ele precisa saber, sempre destacando o fato de que os alunos já possuem uma bagagem de conhecimentos e percepções. E durante o processo de construção da escrita é necessário que se faça avaliação contínua, observando e destacando os progressos do aluno, para assim planejar uma intervenção adequada que viabilize o aprendizado.*

Para Leila: *É feita na observação diária de sua atuação em sala de aula nas atividades que realiza. Observamos se elas já conseguem dominar a leitura e a escrita, decodificando adequadamente o que lhe é solicitado.*

Conhecer os alunos antes de iniciar o planejamento é o primeiro passo para que os professores consigam executar um trabalho de excelência com todos eles, uma vez que cada um possui especificidades únicas que irão estar norteando a maneira com que o professor irá administrar suas aulas e o processo de ensino. Além disso, cabe ressaltar a relevância da avaliação diagnóstica que é executada no início e no final do ano letivo, para que possa servir como um norte para os professores estarem notando de onde vieram e para onde foram com os seus alunos durante o ano.

Desde 2020, a Avaliação Diagnóstica foi implementada na Rede SEMED/Manaus tem por objetivo: identificar as aprendizagens dos alunos no período do ensino remoto; possibilitar a autoavaliação dos alunos; avaliação políticas educacionais da Secretaria. Sobre isso, podemos estar notando que há a intenção de buscar melhorias e verificar o que pode ser trabalhado ao longo

do ano letivo de maneira a estar incluindo todos os alunos e trazendo novas aprendizagens a eles.

A Política Nacional de Alfabetização resulta da relevância do tema aos olhos da sociedade brasileira, que exige cada vez mais dos governantes e gestores públicos maior cuidado e empenho em prover uma formação básica de qualidade a todos os alunos. Segundo os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3o ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes.

Em escrita, 33,95% estavam em níveis insuficientes (1, 2 ou 3). Embora o número não seja tão alto em comparação com leitura, percebe-se a gravidade do problema diante da descrição desses níveis: aproximadamente 680 mil alunos de cerca de 8 anos estão nos níveis 1 e 2, o que quer dizer que não conseguem escrever “palavras alfabeticamente” ou as escrevem com desvios ortográficos. Quanto à escrita de textos, ou produzem textos ilegíveis, ou são absolutamente incapazes de escrever um texto curto.

### **3.4. Dificuldades vivenciadas pelos alunos em sala de aula**

Cada sala de aula é única e cheia de especificidades vivenciadas e advindas dos alunos. Portanto, sempre haverá dificuldades as quais devemos superar visando a aprendizagem significativa dos alunos. Questionamos as professoras acerca das dificuldades vivenciadas pelos seus alunos e tivemos as seguintes respostas:

Para a profa. Luiza: *Um dos fatores principais que dificultam a aquisição da leitura e a evolução dentro do processo de alfabetização pelos indivíduos, são as falhas na formação do professor na perspectiva de construção social. Quando o professor não tem uma compreensão dessa abordagem, ele acaba focando em uma alfabetização tradicional, mecanicista, onde o aluno não tem motivação,*

*nem interesse, porque não é estabelecida uma relação com a realidade desse estudante e com a aplicabilidade em seu contexto social.*

E para Leila: *A maior dificuldade que percebo na escola pública é a falta de interesse por parte da família em acompanhar e contribuir para a conquista de seu filho, na área de aprendizagem.* A partir daí vemos que ambas trazem dois pontos importantes para o processo de ensino: a inclusão e participação da família na escola e a formação de professores de maneira coerente com a realidade dos alunos. Com relação a participação da família no cotidiano escolar, Piaget (apud Souza, 2009, p.6) nos diz que

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (2007, p.50)

É necessário que percebamos a relevância que tem a participação dos pais e familiares dentro da escola, tanto para a autoestima dos alunos como para motivação, uma vez que é obrigação da família estar presente nesse contexto com o objetivo de unir forças em prol da educação das crianças e adolescentes. Entretanto, após esse período de aulas remotas percebemos a falta que faz a família presente na escola e no apoio dos alunos.

Portanto, o papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria. Na escola em que atuamos durante a pesquisa, tínhamos uma realidade diferenciada entre os pais, uma vez que, nem todos possuem os conhecimentos básicos para estar ensinando ou ajudando os filhos nas tarefas. Portanto, é dever do professor conhecer essas especificidades para dar o suporte necessário ao aluno e a sua família.

Em contrapartida, com relação a formação continuada e adequada dos professores, a Rede Municipal de Ensino possui a Gerência de Formação Continuada que é uma das gerências da Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM), da SEMED. Desde 2000 há formações que visam estar contribuindo com o processo de ensino dos professores da rede,

vivenciamos um período em que essas formações foram extremamente necessárias para ajudar na adaptação das aulas presenciais para aulas remotas.

Sabendo da importância que a formação continuada apresenta para desempenho dos professores dentro da área da educação, é preciso que saibamos que ela tem a função de atualizar e ampliar o campo de trabalho, a competência do educador com o intuito de suprir as necessidades apresentadas pelo sistema de ensino, aprimorando o desempenho e trabalho dos professores alfabetizadores.

É preciso saibamos que a formação do professor deve ser de forma contínua, pois todos os dias o alfabetizador se depara com diversas situações em sala de aula que requerem um conhecimento elementar a tudo o que já lhe foi ensinado durante o processo da graduação. Para isso, é importante salientar que o processo de formação continuada pode ser feito através de palestras, workshops, cursos complementares e até mesmo roda de conversa para que os professores possam estar compartilhando as informações e vivências individuais, para que assim, estejam aprendendo com as tentativas e superações dos seus colegas da área.

Atualmente, podemos enxergar as novas tecnologias educacionais como aliadas ao processo de ensino e precisamos estar buscando sempre valorizar essas tecnologias e utilizá-las em nossas aulas, uma vez que, a nova geração de alunos que está chegando às escolas já vem muito mais tecnológica do que em tempos anteriores, e é papel do professor se atualizar quanto a isso para que possa trazer um ensino com motivação, interesse e que vise estabelecer uma relação com a realidade de cada aluno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado tem como tema central A alfabetização e o letramento em tempos de Política Nacional de Alfabetização (PNA) numa escola pública municipal de Manaus, onde apresentamos o histórico da Educação no Brasil, desde os primórdios com a chegada dos Padres Jesuítas e a doutrinação católica até os dias atuais. Além disso, exploramos os conceitos acerca da alfabetização e letramento advindos dos documentos norteadores da educação no Brasil e da apresentação realizada pelas professoras que responderam ao questionário.

Para isso, buscamos alcançar o objetivo geral de compreender a relevância da alfabetização no processo de letramento dos alunos. E, como objetivos específicos: 1. Analisar à luz dos teóricos quais são os documentos norteadores acerca dessa temática; 2. Identificar as mudanças vividas no processo de alfabetizar ao longo dos anos; 3. Conhecer as práticas utilizadas, assim como as dificuldades enfrentadas pelos educadores em sala de aula.

Ao final dessa pesquisa, pudemos notar o quão importante é estar em busca da atualização dos nossos conhecimentos para que possamos exercer a docência de maneira significativa para os nossos alunos. Além disso, é preciso que haja um maior estudo acerca das novas tendências educacionais que podem contribuir com o processo de alfabetização e letramento.

Percebemos que a relação da família também é de suma importância para a melhoria do aprendizado e para que haja a melhor inclusão de todos os personagens responsáveis pela educação e ensino das crianças e adolescentes. Através do contato que tivemos com as professoras em sala de aula, pudemos notar que existe um esforço da parte delas em buscar novas metodologias e novas maneiras de ensinar o seu aluno, tentando acompanhar as novas tecnologias e tendências educacionais.

Além disso, precisamos que os professores e a equipe pedagógica caminhem lado a lado visando beneficiar o desenvolvimento da criança e auxiliar em sua aprendizagem. Quando avançamos o pensamento e as pesquisas pudemos refletir acerca do que é a alfabetização e como ela tem mudado com o passar dos anos.

Percebemos que alguns alunos possuem dificuldades na leitura e escrita por conta de diversas situações internas e externas ao seu convívio social, por isso, a postura dos professores mediante as especificidades e necessidades de cada aluno é de suma importância para a melhoria do seu aprendizado, uma vez que, levaremos em consideração a família, o meio social e o modo como eles aprendem para adaptar nossas aulas para que fiquem cada vez mais significativas para a educação deles.

Quando uma criança ou um adulto não alfabetizado, dá-se conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o princípio alfabético, passo crucial no processo de alfabetização. Esse princípio, que se concretiza diversamente nas diferentes línguas, de modo que cada uma delas possui regras próprias de correspondência grafema- fonema, deve ser ensinado de forma explícita e sistemática, numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo. O alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem dessas relações grafofonêmicas. Não se trata de uma aprendizagem que ocorre de modo espontâneo, com a mera exposição a material escrito.

As principais habilidades de todo o processo de escolarização consistem em ler, escrever e realizar operações matemáticas básicas. Não por acaso o professor alfabetizador também ocupa o importante papel de ensinar habilidades de matemática básica. Além disso, os professores da educação infantil igualmente contribuem para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, promovendo atividades e jogos que ensinam noções básicas numéricas, espaciais, geométricas, de medidas e de estatística.

Cada criança tem seu ritmo e sua particularidade, é papel do professor perceber essa singularidade do aluno e trabalhar de forma abrangente a inclusão e o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos. Nossa sugestão é combinarmos exercícios variados que permitam aos professores trabalharem de forma que as dificuldades sejam sistematizadas pedagogicamente de acordo com a faixa etária de cada aluno, dando condições de acompanhar a aprendizagem da turma em geral.

Algumas reflexões nos levam a considerar, no geral, que a alfabetização é indispensável para o aprendizado do aluno. Assim, é necessário um processo contínuo de formação docente ancorado nas novas concepções de ensino, tendo como ponto de partida e de chegada o aprendizado sólido do sujeito que aprende.

A escola pública atual deve propiciar um processo de ensino e aprendizagem com uma alfabetização qualitativa, tendo em vista à convivência/vivência/experiência com o meio social e a sua utilização, vinculando, assim, os conteúdos programáticos dos diferentes componentes curriculares que podem e devem formar para cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA - Política Nacional de Alfabetização** - Brasília : MEC, SEALF, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa** e as Ações do Pacto. Portaria MEC Nº 867, de 4 de julho de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 28/2001**. Brasília, 02 de outubro de 2001.

BRASIL, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista** (1946-1964). Unicamp, 2006.

FERREIRO, Emilia. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização**. – 26. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986

FRANCISCO, Rita. **Literacia**. Trabalho da disciplina de Fontes de Informação Sociológica da Licenciatura em Sociologia. Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, 2008.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. – 1 ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Vozes em Defesa da Ordem: **O debate entre o público e o privado na educação**. 91945-1968). Unicamp, 2006.

MANAUS, Diário Oficial do Município. **Resolução N. 033/CME/2013**. Normas para operacionalização do Bloco Pedagógico do Ensino Fundamental I.

MANAUS, Secretaria Municipal de Educação. **Currículo Escolar Municipal**. SEMED – MANAUS, 2021.

SEMED. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal**. Manaus, Am – 2016.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. USP, São Paulo, 2001.

MESQUITA, Afonso Macunso de. **Os conceitos de atividade e necessidade para a Escola Nova e suas implicações para a formação de professores**. In Scielo Books. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MIRANDA, Kacia Kyssy Câmara de Oliveira; LIMA, Alzenir da Silva; OLIVEIRA, Valeska Cryslaine Machado de; TELLES, Cinthia Beatrice da Silva. **Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos**. Artigo publicado no VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU de 15 a 17 de outubro de 2020 – Maceió – AL.

MORTATTI, 2006 *apud* MOREIRA, Emilli Diogo; SILVA, Gorette Milena da. **Letramento e Alfabetização: Uma prática pedagógica de qualidade**. IN: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011.

MORAIS, Artur Gomes de. **Análise Crítica da PNA** (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. In: Revista

Brasileira de Alfabetização – ABAIf. V. 1, n. 10 (Edição Especial) / p. 66-75. Belo Horizonte, 2019.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da Educação Nacional (1822-1889)**. In: HISTEDBR (1986-2006) – Faculdade de Educação – UNICAMP.

OLIVEIRA, Amanda de Almeida. **A Documentação Museológica como suporte para a comunicação com o público: A cadeirinha de Arruar do Museu de Arte da Bahia**. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2018.

OLIVEIRA,, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. - Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PORRINO, R.C.Z.; BARROS, F.C.O.M. **Breve Histórico da Alfabetização no Brasil e as Contribuições de Célestin Freinet**. In. Anais 2017 - Congresso de Iniciação Científica da UNIFIO.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19º edição. Campinas: Autores Associados, 2011.

SANTOS, Lourival da Silva; MEIRELES, Marta Martins; MEIRELES, Maximiano Martins. **Contra o Desperdício da Prática e da Experiência: O Estágio Supervisionado como Espaço de Formação Docente**. In: VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristovão-SE/Brasil, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: Caminhos e Descaminhos**. Artigo publicado pela revista Pátio - Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, Artmed Editora.

SOARES, Magda. BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Maria Ester do Prado. Família/Escola: **A importância dessa relação no desempenho escolar**. Artigo do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Santo Antônio de Platina – Paraná, 2009.

SEDUC. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Alfabetização e Letramento**. In: Gestão Escolar, dia a dia Paraná. Disponível em:

<[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa\\_aceleracao\\_estudos/alfabetizacao\\_letramento.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/alfabetizacao_letramento.pdf)>. Acesso em 12/02/2022.

## Apêndice A - Termo de Consentimento Livre para a Pesquisa

Eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, consinto participar da Pesquisa referente ao TCC pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA, da acadêmica Larissa Thayna Gonzaga Bezerra, que objetiva compreender a relevância da alfabetização no processo de letramento dos alunos. Foi-me informado que o tema deste trabalho é: A Importância da Alfabetização na Perspectiva do Letramento numa Escola Pública Municipal de Manaus, orientado pela Professora MSc. Maria Quitéria Afonso. Minha colaboração será na resposta ao questionário de Pesquisa sobre a adaptação que ocorreu durante a pandemia. Saliento ainda que tenho conhecimento de que os objetivos específicos da pesquisa são a. Analisar à luz dos teóricos quais são os documentos norteadores acerca dessa temática; b. Identificar as mudanças vividas no processo de alfabetizar ao longo dos anos; c. Conhecer as práticas utilizadas, assim como as dificuldades enfrentadas pelos educadores em sala de aula. Estou ciente de que me é garantido obter esclarecimento durante o curso da pesquisa, bem como, tenho a liberdade de recusar ou retirar o meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo algum. Também me é garantido sigilo quanto às informações confidenciais da pesquisa.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do Participante:

\_\_\_\_\_

Pesquisadora: Larissa Thayna Gonzaga Bezerra E-mail:

ltgb.ped17@uea.edu.br / Telefone: (92) 99480-5175.

Orientadora da Pesquisa: Maria Quitéria Afonso E-mail: / Telefone:

## Apêndice B - Questionário para professores

### QUESTIONÁRIO SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

**Pesquisadora:** Larissa Thayna

**Orientadora:** Maria Quitéria Afonso

1. Qual a sua formação acadêmica e quanto tempo atua em sala de aula?

---

2. Durante a graduação você estudou acerca da temática de Alfabetização? Ou buscou alguma formação continuada sobre esse tema?

(    ) sim    (    ) não

3. Qual a sua concepção acerca da Alfabetização?

---

---

---

4. Para você, qual a diferença entre alfabetização e letramento?

---

---

---

5. Trabalhando nos anos iniciais, como é feita a avaliação e o desenvolvimento da aprendizagem da criança acerca da sua alfabetização?

---

---

---

---

---

6. Ao longo de sua carreira, o que mudou no aspecto da alfabetização?

---

---

---

---

7. Quais as situações que dificultam a alfabetização dos alunos?

---

---

---

---